

O PASSADO, PRESENTE E O FUTURO DO ENSINO SUPERIOR EM MOÇAMBIQUE-EXPERIÊNCIAS E DESAFIOS PARA A EXCELÊNCIA

Resumo:

O estudo teve como objectivo compreender o caminho percorrido por Moçambique na construção do Ensino Superior desde a colonização à independência (passado), hoje, pós-independência (presente) e perspectivas ou desafios (futuro). A colonização em Moçambique foi marcada pela mercantilização, exploração da matéria-prima, comércio dos escravos e exploração da mão-de-obra, caracterizada pelo trabalho forçado nas minas e nas grandes plantações de sisal, cana-de-açúcar e algodão. A educação, que devia constituir veículo para o acesso ao conhecimento científico, foi totalmente abnegada aos nativos. Somente em 1962, é que Portugal cria instituição de Ensino Superior em Moçambique, com objectivo de formar os filhos dos colonos e assimilados residentes no território moçambicano. Nesse período, Moçambique teve vigência de dois subsistemas, o *Ensino Oficial*, que formava filhos dos colonos ou assimilados, e o *Rudimentar* criada especificamente para os indígenas aprender a ler e escrever. A educação moçambicana subdividiu-se em três principais períodos: *educação tradicional*, *educação colonial* e *educação pós-independência*. Em termos *metodológicos*, a pesquisa é histórica, descritiva bibliográfica-documental. *Resultados*: o ensino estruturou-se basicamente para acomodar os interesses do colonizador. *Conclusão*: As evidências mostram, que as políticas educativas priorizadas colocou a qualidade dos serviços de educação deficitárias, e as reformas introduzidas não têm tido um impacto significativo.

Palavras-chave: Ensino Superior | História | Excelência na Educação

Abstract

The study aimed to understand the path taken by Mozambique in the construction of Higher Education from colonization to independence (past), today, post-independence (present) and perspectives or challenges (future). Colonization in Mozambique was marked by commodification, exploitation of raw materials, slave trade, and labor exploitation, characterized by forced labor in the mines and on the large sisal, sugar cane, and cotton plantations. Education, which was supposed to be the vehicle for access to scientific knowledge, was totally abnegated to the natives. It was only in 1962 that Portugal created a higher education institution in Mozambique, with the objective of training the children of the settlers and assimilated people living in the Mozambican territory. In this period, Mozambique had two subsystems in force, the Official Education, which trained children of the colonists or assimilated, and the Rudimentar created specifically for the indigenous people to learn to read and write. Mozambican education was subdivided into three main periods: traditional education, colonial education, and post-independence education. In methodological terms, the research is historical, descriptive bibliographical-documentary. Results: education was basically structured to accommodate the colonizer's interests. Conclusion: The evidence shows that the prioritized education policies have

put the quality of education services at a disadvantage, and the reforms introduced have not had a significant impact.

Keywords: Higher Education | History | Excellence in Education

Introdução

“O papel de uma universidade num país em desenvolvimento é contribuir dando ideias, capacidade e assistência para a elevação da qualidade humana, da dignidade humana e do desenvolvimento humano” (Nyerere, 1968: 186), Estadista e educador.

Um olhar no Papel das Universidades - Como se pode depreender, às universidades cabe um papel preponderante, porque é função principal das universidades produzir e gerir conhecimentos. Desde o surgimento da 1ª universidade, a Universidade de Bolonha em 1088, até aos dias de hoje, esta função não foi retirada às universidades. É por isso, que falamos da indissociabilidade do Ensino, pesquisa e extensão como os pilares que sustentam a universidade. Historicamente, o Ensino Superior em Moçambique foi instituído em um momento muito conturbado, o que levou Portugal, enquanto colonizador, a partir das pressões externas, ligadas ao processo de descolonização, a criar instituições de ensino superior (IES) tanto em Moçambique, bem como em Angola, em 1962 e que foi denominado por Estudos Gerais Universitários (EGU). É claro que, a criação das universidades nas colónias, como é o caso de Moçambique, não significou necessariamente a inclusão dos negros, dando clara indicação de que as universidades ou o Ensino Superior, continuou privilegiando os grupos de assimilados, filhos de colonos e indianos, em detrimento dos negros (Taimo, 2010). Portanto, embora fosse em detrimento dos moçambicanos negros, o Ensino Superior em Moçambique foi instituído em 1962 e em 1969 os EGUM passaram para Universidade de Lourenço Marques, hoje, Universidade Eduardo Mondlane. Até a altura da independência nacional esta foi a única universidade moçambicana.

A história de Moçambique hoje, é genericamente, dividida em *dois grandes momentos*, tendo quase sempre como pressuposto a orientação político-económica dominante: *O primeiro momento* que vai de 1975 a inícios da década de 90 e vale lembrar que é neste período que o país conhece a 1ª Lei do Sistema Nacional de Educação, a (Lei 3/83 de 23 de Março de 1983). A visão do SNE, nas disposições sobre Ensino Superior,

RECH- Revista Ensino de Ciências e Humanidades – Cidadania, Diversidade e Bem Estar. ISSN 2594-8806

estabelecia que o conhecimento produzido nas Universidades devia se ligar com as conquistas da nova sociedade política. Nesta visão, duas dimensões importantes: (i) A questão de Ensino, que por um lado, era considerado de suma importância, pelo facto deste poder sustentar a necessidade de o professor continuamente ter uma formação, que objectivava a melhorar não só os conteúdos da disciplina que ministrava, mas também melhorar as técnicas e as metodologias de ensino. (ii) por outro lado, a pesquisa, que significava que as universidades estariam cumprindo o seu papel de busca constante das soluções dos problemas que o país enfrentava ou enfrenta ainda hoje. A este propósito, o preâmbulo da Lei nº 3/83, de 23 de Março de 1983 afirma o seguinte: "O Sistema Nacional de Educação deveria não só garantir o acesso dos operários, dos camponeses e dos seus filhos a todos os níveis de ensino, mas também deveria permitir a apropriação da ciência, da técnica e da cultura pelas classes trabalhadoras". No artigo 36, fazendo a caracterização do *subsistema de educação superior*, deixa claro que "realiza a formação de profissionais técnicos e científicos com um alto grau de qualificação e uma profunda aquisição do conhecimento da realidade nacional e das leis da natureza, da sociedade e do pensamento, pois só dessa forma se abre oportunidades para todos participarem em actividades que promovam o desenvolvimento sustentável e a defesa do país. A formação neste subsistema realiza-se ou ocorre em estreita ligação com a investigação científica. A lei traz um elemento fundamental na *Educação Superior*, a questão da ligação entre o *ensino e pesquisa*, assim como a dimensão da utilidade da *pesquisa científica* para o desenvolvimento do País. As políticas educacionais desenvolvidas a partir do Sistema Nacional de Educação (SNE), em especial o subsistema de *Educação Superior*, nos leva a reafirmar que, é da responsabilidade do Estado velar pela educação e ao mesmo tempo, pelo alinhamento das políticas públicas no país. Ressentindo-se o país da falta de professores a todos os níveis, que na sua maioria eram portugueses, que fugiram após a independência, foram criados cursos com a duração entre *seis meses a dois anos* para massificar a formação de professores. A concretização desse propósito, exigiu de alguma forma que a *universidade* foi a instituição utilizada para o efeito. Os quadros de então sistema educacional, eram preparados para implementar os diferentes programas educacionais a todos os níveis numa sociedade de economia socialista. Neste contexto, o Marxismo Leninismo (ML) passou a ser uma disciplina transversal a todos os cursos. As

RECH- Revista Ensino de Ciências e Humanidades – Cidadania, Diversidade e Bem Estar. ISSN 2594-8806

carreiras e a vocações individuais deviam subordinar-se aos interesses nacionais e aqui “vale lembrar a ”*Geração nós*”, os heróis de 8 de Março. O ideal de cidadania que era proposto assentava numa base essencialmente colectivista, pois acreditava-se que com a formação Superior, os quadros iriam assegurar o desenvolvimento sustentável do país, materializando os princípios da ideologia socialista instituída.

Um segundo momento desde década de 90 até aos nossos dias hoje, impulsionado pela viragem a que se assistia quer no país quer no mundo, nos inícios da década de 90. A queda do Muro de Berlim, o fim da guerra fria, por um lado, e a adopção, por outro, no país de uma economia de mercado, de uma constituição liberal e o fim da guerra civil, ganha forma um novo entendimento do papel do *Ensino Superior*. Em 1991 um diploma governamental institui os exames de admissão para o ingresso ao Ensino Superior. Em 1993, o Parlamento aprova a criação do Conselho Nacional do Ensino Superior, com a função de aconselhar o Conselho de Ministros. No mesmo ano, é aprovada a Lei do Ensino Superior (1/93) que, pela primeira vez, abre espaço para a criação das universidades privadas. Este pressuposto político fez com que só apenas a partir de 1995, é que começaram a surgirem as primeiras universidades privadas. Nos anos subsequentes deram-se passos significativos que traduziam não só profundas transformações políticas e sócio-económicas, como também uma nova perspectiva sobre a natureza e a função das universidades no relançamento de um país e de uma sociedade em busca de si própria. O lançamento, em 2000, do Plano Estratégico do Ensino Superior em Moçambique 2000-2010 e a criação do Ministério do Ensino Superior, Ciência e Tecnologia (MESCT), seriam reveladores do compromisso do Estado em relação aos grandes desafios que se colocavam ao próprio subsistema do Ensino Superior. A questão seguinte que aqui se possa colocar é quais são, então os “*dilemas actuais do Ensino Superior*”. Sem querer aqui definir o conceito, é importante salientar que [um dilema é] “uma escolha entre duas ou mais tomadas de decisão, em que, de todos os lados, há obstáculos que tornam difícil saber qual é a melhor opção” (Berlak and Berlak cit. Cunha, 2011). Esta foi a definição de dilema dada por Berlak and Berlak em 1981, e, apesar de volvidos mais de trinta anos, continua na modestia nossa opinião, perfeitamente na actualidade. Ela demonstra, por um lado, as dificuldades que tem, em optar por um caminho, ou outro, quando há dúvidas quanto às consequências advindas das decisões que se poderão tomar. Discutir o *Ensino*

RECH- Revista Ensino de Ciências e Humanidades – Cidadania, Diversidade e Bem Estar. ISSN 2594-8806

Superior é, para todos os efeitos, debruçarmo-nos sobre aquela que é a pedra angular da busca de excelência, a todos os níveis, no processo de desenvolvimento de um país. Olhando, hoje, para aquilo que é a situação do *Ensino Superior em Moçambique*, não podemos deixar de conceder que, devido a todas as vulnerabilidades, às discrepâncias entre o que as políticas educacionais preconizam e o que a realidade nos oferece, se apresentam contornos que têm tanto de dramático como de desafiador. Um factor decisivo em relação às orientações que o sector da educação, em geral, e do *Ensino Superior*, em particular, vai seguindo ao longo do tempo, prende-se com a notória dependência que o país apresenta em relação ao exterior quanto ao financiamento nas áreas de investigação, formação, infraestrutura, etc. A reforma do Estado trouxe consigo a redefinição de seu papel em relação a políticas sociais, inclusive o *Ensino Superior*. Porém, as políticas de Educação Superior nas instituições de *Bretton Woods* afirmam que a educação é um bem privado, mercantilizado. Por outro lado, a Unesco reafirma a importância da Educação Superior na construção da solidariedade humana, por isso é visto como um direito para todos e um bem público. Entre essas duas instituições multilaterais, temos a União Europeia que, através do processo de Bolonha, reforça o carácter mercantil da Educação Superior fazendo a reforma que garante a satisfação do mercado e reforça a importância da cultura europeia.

Metodologia

Em termos *metodológicos*, a pesquisa é histórica, descritiva bibliográfica-documental, pois permite a compreensão dos fenómenos sociais dos nossos dias e a relação entre os países ricos e pobres. Partindo do princípio que o crescimento de um país depende do conhecimento que se tem do passado, então, os acontecimentos actuais só têm significado em relação ao contexto dos factos passados dos quais surgiram. A pesquisa histórica ocupa-se do passado do homem, e a tarefa do pesquisador, consiste em localizar, avaliar e sintetizar sistemática- e objectivamente as provas, para estabelecer os factos e obter conclusões referentes aos acontecimentos do passado (Borg, 1974, p. 81). a pesquisa histórica, porém, não está interessada em todos os acontecimentos, ele se preocupa, principalmente e particularmente, com o registo escrito dos acontecimentos. dai que *um dos primeiros objectivos* é o registo fiel do passado, o pesquisador enfrenta

RECH- Revista Ensino de Ciências e Humanidades – Cidadania, Diversidade e Bem Estar. ISSN 2594-8806

realmente o problema histórico e possível de tratá-lo de duas formas, a primeira, consiste em colectar informações e descreve o problema num dado momento (estudo transversal) e a segunda, descreve o desenvolvimento de um acontecimento através do tempo (estudo longitudinal). o segundo objectivo, consistem em contribuir para a solução de problemas actuais. Significa, em vez de produzir registos sobre o passado, contribui para solucionar problemas através do exame de acontecimentos passados. Por exemplo, o êxito da expansão do Ensino Superior em Moçambique, cujo objectivo é erradicação do analfabetismo exige um estudo da problemática actual, identificando áreas geográficas e características dos analfabetos. E conseqüentemente para compreender a situação actual deve-se fazer uma análise histórica para determinar as origens do analfabetismo. Esta é a razão que fez com que considerássemos a pesquisa descritiva-histórica.

Teorização: o Passado, Presente e o Futuro do Ensino Superior em Moçambique - Experiências e Desafios para a Excelência

A colonização portuguesa em Moçambique foi marcada pela mercantilização, que se ergueu a partir da matéria-prima, do comércio dos escravos, da exploração da mão-de-obra, caracterizada pelos trabalhos forçados nas minas e nas grandes plantações de sisal, cana-de-açúcar e algodão. A educação, que podia constituir veículo do acesso ao conhecimento científico, foi totalmente abnegada aos nativos. Em 1962, Portugal criou única instituição de Ensino Superior em Moçambique, com objectivo de formar os filhos dos colonos e assimilados residentes no território moçambicano. Nesse período, Moçambique teve vigência de dois subsistemas, o *Ensino Oficial*, destinado para os filhos dos colonos ou assimilados, e à transmissão de valores e padrões aristocráticos. O *Ensino Rudimentar* era especificamente para os indígenas, “povo colonizado e oprimido” para apenas aprender a ler e escrever. Neste contexto, a história de educação moçambicana presenciou três principais períodos: *educação tradicional, colonial e pós-independência*. As actuais políticas educativas, coloca a educação como um direito de todo moçambicano, independentemente da sua etnia. As evidências mostram, que apesar das políticas educativas priorizadas pelo estado moçambicano, a qualidade do serviço é ainda deficitária. A reforma introduzida no sector têm tido um impacto insignificativo. A guerra de libertação teve lugar desde 1964 até 1974, e a independência teve lugar em 1975. As

RECH- Revista Ensino de Ciências e Humanidades – Cidadania, Diversidade e Bem Estar. ISSN 2594-8806

políticas do novo Estado independente, declarou a educação como gratuita até ao Ensino Superior. O ensino esteve estruturado basicamente para acomodar os interesses do colono, para a preparação dos indivíduos para desempenhar funções sociais distintas, daí o carácter discriminativo. O Estabelecimento de dois tipos de educação, uma à população negra e dirigido pelas missões, e outro reservado às elites e assimilados, confiado ao estado. As evidências mostram, que apesar das políticas educativas priorizadas pelo estado moçambicano, a qualidade dos serviços de educação é ainda deficitárias, e a reforma introduzida no sector não têm tido impacto significativo.

O Estado Novo em 1930: O desenvolvimento da política de Portugal em relação às colónias, deveu-se em grande medida aos governos sucessivos. Nesses períodos foi caracterizado pelo uso indiscriminado dos termos Colônia e Província Ultramarina, que significava os territórios ocupados por Portugal fora da Metrópole. Um ano após a proclamação da República (1910) foi criado o Ministério das Colónias. “Dizia a Constituição de 1911, no seu artigo 67º e determinava que na administração das províncias ultramarinas predominara o regime de descentralização adequada ao estado de civilização, preconizando o reconhecimento dos direitos diferentes entre os portugueses da Metrópole e os indígenas. Os indígenas em todos os aspectos deviam ser tratados conforme a sua tradição, “não eram concedidos direitos políticos”.

A Conferência de Berlim, 1884/1885 trouxe um vocabulário corrente de “Ocupação Efectiva” (Serra, 2000:138). O colonialismo teve que imprimir um controle administrativo e laboral nas regiões do Sul, Centro e Norte de Moçambique. Ministério das Colónias com a finalidade de manter claros os princípios que ligam a Metrópole e o Ultramar, que preconizava as três dimensões: a dimensão ideológica, política e a económica. Estado Novo, activa os “Aparelhos Ideológico que pudessem controlar as populações indígenas para não fugir do seu carácter opressivo. A obsessão de Salazar em unificar o território português (Metrópole e o Ultramar), para além de descentralização, unicidade mantida pelo Ministério das Colónias, descrevia o carácter ideológico de pertença, assim como da “incapacidade dos indígenas se governarem”. A emergência dos movimentos pan-africanos, com caris libertário, depois da II Guerra Mundial, levou o Estado Novo a mudar de estratégia em relação às Colónias e Em 1951 Portugal passa a

RECH- Revista Ensino de Ciências e Humanidades – Cidadania, Diversidade e Bem Estar. ISSN 2594-8806

definir as suas Colônias de Províncias Ultramarinas, elevando o status de “parte integrante” de Portugal.

A Política de Educação Colonial no Estado Novo e em Moçambique no período colonial

Política de Educação Colonial no Estado Novo: O Estado Novo (1930 a 1974), marcado por uma ideologia opressora, usava a educação para o reforço dessa ideologia e O analfabetismo foi uma das heranças que o Estado Novo recebeu. Se a estratégia do Estado Novo em relação à educação era dar prioridade à alfabetização, o mesmo não aconteceu em relação ao ensino médio e ao ensino superior. Este último experimentou momentos difíceis em razão de o sistema temer o levante de estudantes e professores. As movimentações estudantis dos anos 50 anunciava a crise que se ia instalar na universidade. Portanto, O ensino superior, era tido como um dos lugares privilegiados do confronto político e da oposição ao regime. Esta situação era aquela que era vivida na metrópole na medida em que em nenhuma das colônias existia ensino superior nesse período.

Política de educação para Moçambique: O principal propósito do sistema educacional colonial era treinar africanos para servir como homens da administração e fornecer mão-de-obra. Não era um sistema de educação proveniente das condições concretas da sociedade africana, nem destinada a transmitir aos jovens o orgulho e a confiança de membros da sociedade africana, mas sim a implantar um sentimento de submissão face ao capitalista. Apesar deste cenário, importa realçar que, já na segunda metade do século XIX, Portugal procurava legislar sobre a educação nas suas colônias. É nesse sentido, que em 1846 publica os primeiros decretos que iriam falar da instrução ultramarina. A primeira regulamentação do ensino nas colônias foi a 2 de Abril de 1845 e a 14 de Agosto desse mesmo ano, um outro decreto diferenciava o ensino nas colônias do ensino na Metrópole e criava as escolas públicas nas colônias. Em 14 de Agosto de 1846 foi publicada a primeira providência legal para se organizar a instrução primária no “Ultramar Português”. Depois de 1845, criaram-se, por decreto, as primeiras escolas primárias na Ilha de Moçambique, no Ibo, Quelimane, Sena, Tete Inhambane e Lourenço Marques. Mas esses decretos ou actos legislativos, não foram para além do papel, como, em 1865, o reconhecia, o então Ministro do Ultramar (Buendia, 1999, p. 39). A lentidão com que a educação era levada a cabo nas colônias traduz de forma clara a estratégia

RECH- Revista Ensino de Ciências e Humanidades – Cidadania, Diversidade e Bem Estar. ISSN 2594-8806

colonial para civilização do indígena. Perante este cenário, Eduardo Mondlane afirmou, que os colonialistas em geral desprezaram e ignoraram a cultura e educação africanas, pois o seu objectivo era formar um elemento que agiria como intermediário entre o estado colonial e a população, mas também inculcar atitude de civilismo no africano educado. (MONDLANE, 1975, p. 59). Neste período a educação em Moçambique, além de estar sob a responsabilidade do Governo colonial, estava também nas mãos das Companhias Majestáticas, na área da sua jurisdição. Para além da responsabilidade que as Companhias tinham, as missões católicas tinham o papel de evangelizar, educar e civilizar os nativos. O início do século XX pode ser visto como a oportunidade de educação para as colónias por causa da proclamação da República em 1910, com os ideais de democracia e liberdade. O índice elevado de analfabetismo que levou à introdução da escolaridade obrigatória entre sete e dez anos de idade. *O Estado Novo* destaca a educação como um dos elementos importantes para a sua presença naqueles territórios ultramarinos, onde a educação tinha que transformar o indígena em assimilado. Desde os primórdios da colonização a relação Igreja e Estado no processo da colonização portuguesa foi algo notório. É por isso que na educação, em Moçambique, as duas instituições estavam de “mãos dadas” as escolas missionárias católicas e escolas oficiais. Na primeira avaliação feita nas colónias portuguesas em particular, em 1924, Moçambique recebeu uma nota negativa. Facto que levou a que Portugal em 1930 optasse pela colaboração com a Igreja na educação. Portanto a lei nº 238, de 15 de Maio de 1930, Estatuto Missionário de 1941; o regulamento de ensino primário de 1950, expõe claramente aquilo que era estrutura do sistema educacional colonial para as colónias. Apesar do alto índice de analfabetismo na Metrópole, não era objectivo do Estado Novo ensinar/educar as populações indígenas, pois, saber ler e escrever constituía perigo para a sobrevivência do Estado colonial. O sistema educacional filtrava a que o indígena não tivesse a oportunidade de continuar o ensino secundário, Embora Segundo Mondlane perto de 98% da população de Moçambique fosse compostos de africanos negros, só uma pequena parte de crianças frequentam as escolas primárias, sendo o número de negros na escola secundária insignificante.

Em 1963 havia 31 escolas primárias, com 25.742 alunos, mas desses só 1/5 eram negros. No mesmo ano, havia só 3 escolas secundárias elementares com 225 alunos e as

RECH- Revista Ensino de Ciências e Humanidades – Cidadania, Diversidade e Bem Estar. ISSN 2594-8806

três principais escolas secundárias particulares com 800 alunos. Deste total, só 6% eram negros. Em 1960, na maior parte das escolas secundárias oficiais de Moçambique (Liceu Salazar, em Lourenço Marques) havia só 30 estudantes negros, num total de 1000 alunos. Diante desta situação toda torna-se evidente que não era possível olhar nos objectivos coloniais em relação à educação como aquelas que iriam dar rumo ao desenvolvimento das colónias. Se entendemos que a educação constitui um dos elementos que permitem o acesso ao conhecimento científico e conseqüentemente ao desenvolvimento qualitativo do ser humano, não nos é demonstrado pela educação colonial. As grandes dificuldades, no âmbito educacional, fizeram com, Portugal autorizasse a criação de algumas escolas que podiam oferecer ensino nos primeiros 4 anos da escolaridade primária. Em 1909 foi é autorizada a criação da Missão Metodista de Cambine no Distrito de Morrumbene, com internato masculino; Maxixe-Chicuque, com lar feminino; Escola de formação de enfermeiros básicos; o Instituto Pedro Nunes para formação de ensino secundário. Neste contexto, foi ainda também, autorizada a criação da Missão Suíça de Mause: Escola de Lourenço Marques; as igrejas Presbiterianas e Metodistas Unidas criam o Khovo Lar como o espaço, onde deveriam ficar os estudantes pertencentes às suas igrejas, que tinham sido matriculados no ensino secundário da cidade.

Além do sistema formal de educação, as escolas e as igrejas protestantes usaram o ensino não formal para poder alfabetizar as populações indígenas. Este contexto nos remete à questão da análise da conjuntura que levou à *criação do Ensino Superior* olhando aquilo que foi a política de educação portuguesa para Moçambique.

A criação do ensino superior em Moçambique no período Colonial

O ensino superior em Portugal, especialmente o Universitário tem a sua criação no século XIII fruto de “movimento” em curso na Europa naquele período. Lisboa foi o local escolhido para estabelecer a primeira Universidade e mais tarde no século XVI transferido para Coimbra. A forte presença dos jesuítas na área de educação deu-lhes o privilégio de criar a Universidade em Évora no ano de 1559. Em 1834, começa o estabelecimento de um sistema de instrução pública e a criação de Escolas Politécnicas em Lisboa e Porto que recebem o estatuto de Universidade em 1911. A crise financeira decorrente da primeira Guerra e da depressão dos anos trinta impediu o desenvolvimento

RECH- Revista Ensino de Ciências e Humanidades – Cidadania, Diversidade e Bem Estar. ISSN 2594-8806

rápido das três universidades de Coimbra, Lisboa e Porto, o que veio a ser continuado por políticas do Estado Novo, até a sua última extinção em 1974. As sucessivas guerras (I e II) mundiais entremeadas por períodos de crise financeira (1929), tornaram as potências coloniais débeis. O crescimento de ondas de contestações contra a ocupação colonial, forçaram Portugal a revisar a sua política. O imperativo de responder ao clima hostil fez com que adoptasse como uma das estratégias *a criação de duas instituições de ensino superior em Moçambique e outra em Angola* denominadas Estudos Gerais Universitários através do decreto-lei nº 44.530. Dados mostram que o ensino secundário tinha poucos negros e conseqüentemente a entrada ao Ensino Superior obedeceria à mesma lógica de privilegiar por exemplo, assimilados, os filhos de colonos e indianos. De 280 alunos matriculados no primeiro ano do funcionamento dos Estudos Gerais em Moçambique, o número de moçambicanos negros, não chegava a 12, deixando claro que esta instituição, apesar do exposto, respondia mais aos filhos de colono residente em Moçambique. A criação dos *estudos gerais universitários*, poderia ser visto como um avanço para o acesso à educação, mas, por causa do carácter excludente do sistema de educação portuguesa, muitos moçambicanos não podiam ter acesso a ela. Reitor dos Estudos Gerais Universitários de Moçambique, Professor Doutor Viega Simão, no seu discurso na cerimónia de inauguração, recupera a ideia de extensão da universidade portuguesa, assim como ressalta o facto de a universidade estar a ser inaugurada em momento de crise e o seu compromisso de honrar o papel que esta tem para Portugal. Os discursos que foram proferidos pelas altas autoridades coloniais no dia da abertura do ano lectivo realçam alguns aspectos como a necessidade de a *universidade* manter a unicidade do território português, aprender das outras universidades a responsabilidade para com a Nação portuguesa, filiar-se ao sentido de civilização, e do descobrimento.

O *Governador Geral*, como autoridade máxima que representava o governo português naquela cerimônia, fez questão de afirmar que a abertura dos *Estudos Gerais em Moçambique* era a continuidade dos esforços empreendidos em Goa, quando foi criada universidade no século XV e XVIII, tentativa falhada de Escolas Médicas em Angola, Moçambique e Cabo Verde (EGUM, 1963, p. 45). Portanto, historicamente, que não podia deixar de filiar, no próprio sentido dominante do descobrimento à civilização. Se por um lado, o discurso oficial era de ver a instituição que estava a nascer a assumir o

RECH- Revista Ensino de Ciências e Humanidades – Cidadania, Diversidade e Bem Estar. ISSN 2594-8806

carácter de guardião da presença portuguesa, por outro lado, a atitude ousada do Reitor quando remete à Universidade o papel do *Ensino e Pesquisa*. No que diz respeito ao *Ensino*, ele sustenta a necessidade de o professor ter formação contínua para melhorar e actualizar os conteúdos a ministrar aos alunos, assim como melhorar as técnicas e os métodos pedagógicos. Na *pesquisa*, a Universidade deve a cumprir o seu papel de busca constante de conhecimento para solução dos problemas que o país enfrenta e permite que essa pesquisa desenvolva o país. Aceitar que só em 1962 tenha sido estabelecida a primeira instituição de ensino superior em solo moçambicano é aceitar que a educação, uma das grandes conquistas da Europa, não se fez sentir nas suas colónias. Se por um lado, a Europa representava a “*pujança*” do conhecimento científico capaz de transformar a matéria-prima, representava também a *vergonha*, na medida em que foi capaz de manter um povo *subjugado*, a que foi vedado qualquer tipo de conhecimento científico. O ecoar das independências africanas como um dos elementos que trouxe para Portugal a necessidade de estabelecer uma *instituição de ensino superior* nos dois países que “ensaiavam” o início de luta pela sua própria independência (*Angola e Moçambique*) e toda a conjuntura dos movimentos pan-africano permitiram a discussão permanente sobre o papel da *universidade*. A proclamação da Independência, cercada por um clima de euforia por parte da população excluída pelo sistema colonial, ocorreu em meio à desconfiança por parte dos colonos residentes em Moçambique e pelos países como Zimbabwe e África do Sul. Estes dois países olhavam com desconfiança, porque a libertação de Moçambique representava um desassossego para eles na medida em que desencadeavam o “efeito em cascata” na libertação da África Austral. A primeira Constituição da República (1975) proclamava Moçambique uma República Popular. No seu artigo 4º afirmava claramente que um dos objectivos era “a *eliminação das estruturas de opressão e exploração coloniais*. É nessa perspectiva que o Ministério de Educação e Cultura iniciou o processo de discussão em torno dos conteúdos a serem veiculados tendo em vista a nova realidade e a necessidade de construção do Homem numa sociedade nova.

O Presente do Ensino Superior em Moçambique e a criação do Sistema Nacional de Educação: Legislação e desafios

RECH- Revista Ensino de Ciências e Humanidades – Cidadania, Diversidade e Bem Estar. ISSN 2594-8806

A tarefa de controlar o sector de educação por parte do Estado revelava-se tarefa muito difícil implicava a nacionalização de todos os estabelecimentos de *Ensino*, passando todos sob a responsabilidade do Estado. É no quadro desta preocupação e em tornar cada vez mais clara a política e o futuro da educação, seu papel no novo país, que a Assembleia Popular aprova a Lei nº 4/83, de 23 de março de 1983, sobre o Sistema Nacional de Educação (SNE). O Sistema Nacional de Educação (segundo a lei) é constituído por cinco subsistemas, a saber:

- Subsistema de Educação Geral;
- Subsistema de Educação de Adultos;
- Subsistema de Educação Técnico-Profissional;
- Subsistema de Educação de Formação de Professores;
- Subsistema de Educação Superior (Artigo 8º);

–O subsistema de educação geral entre tantos objectivos a atingir terá que criar os alicerces para a criação do Homem Novo.

Actualmente na República de Moçambique, e de acordo com a Lei nº 27/2009, de 29 de Setembro, a Lei do Ensino Superior, preconiza que, o Ensino Superior é um subsistema do Sistema Nacional de Educação, que compreende os diferentes tipos de formações, em diferentes níveis (licenciatura, mestrado e doutoramento) do processo de ensino e aprendizagem, proporcionando aos graduados oriundos dos estabelecimentos de Ensino Secundário Geral autorizados pelo Estado. Em Moçambique, todas as Instituições do Ensino Superior autorizadas pelas autoridades competentes, devem preenchimento de requisitos específicos ao se constituírem. O subsistema de Ensino Superior estrutura-se de forma a permitir o sistema de transferência de créditos, por isso a mobilidade dos docentes e estudantes entre os vários programas e cursos das diferentes instituições. (Coletânea de Legislação do Ensino Superior, 2012).

Segundo James Coleman (1984), a universidade devia ser envolvida na concepção e desenvolvimento do Plano Estratégico do Ensino Superior (2000-2010), cuja visão se assenta nos seguintes pressupostos: (a) Expansão do acesso ao ensino superior; (b) Melhoria da qualidade e relevância do ensino e da investigação; (c) Resposta às necessidades sócio-culturais do país e às transformações decorrentes da economia de

RECH- Revista Ensino de Ciências e Humanidades – Cidadania, Diversidade e Bem Estar. ISSN 2594-8806

mercado; (d) promoção da equidade de género ao nível regional e nacional e (e) garantia da sustentabilidade através da promoção do equilíbrio entre as finanças públicas e a gestão das instituições de ensino superior. Olhando, hoje, para aquilo que é a situação do Ensino Superior em Moçambique, não podemos deixar de conceder que, devido a todas as vulnerabilidades, à discrepância entre o que as políticas preconizam e o que a realidade nos oferece, se apresentam contornos que têm tanto de dramático como de desafiador.

Nos últimos dez anos, e ainda hoje, somos confrontados com grandes dilemas da Educação Superior, que nos obriga a uma reflexão profunda e responsável sobre o que queremos alcançar, de facto, com o Ensino Superior. Um olhar na expansão e acesso ao ensino superior leva-nos a constatações recorrentes, que inviabilizam sempre a análise da educação em geral, e da situação do ensino superior, em Moçambique. Este cenário, fomenta não só assinaláveis desequilíbrios no que tange ao número de estudantes que ingressam nas instituições de Ensino Superior, mas também à distribuição destas instituições ao nível nacional, incluindo os problemas de representação do género e da educação inclusiva. Em 2010, numa intervenção, de um dos cessantes ministros da Educação mostrava-se inconformado com o facto de Moçambique, num universo de 20 milhões de habitantes, ter apenas 1,9%, o correspondente a 75 mil estudantes, estejam no ensino superior, quando a média africana é de 5,5%. Este facto mostra que, Moçambique está entre os países em que a implantação do Ensino Superior é quase inexistente e nitidamente muito fraca (O País, 8 Março 2010, p. 9). Daí que, a rede de Ensino Superior deve ser urgentemente alargada gradualmente, pois a rápida expansão do ensino superior pode trazer problemas graves da qualidade do ensino.

Um facto observável e inegável, é o rápido crescimento exponencial das instituições de Ensino Superior e o respectivo crescimento demográfico da população, no país. Esta constatação mostra claramente, que desde 1975, como já nos referimos anteriormente, passamos de única instituição de Ensino Superior, a Universidade Eduardo Mondlane, para 38 IES, em 2010. Significa em apenas cinco anos, o crescimento das IES saiu da ordem dos 14 IES, em 2004, para as já referidas 38 IES. Este cenário mostra que aquando da elaboração do Plano Estratégico 2000-2010, a projecção feita indicava passar de cerca dos 12 mil estudantes matriculados, em 2000, para uma fasquia de cerca de 18 mil, em 2010. Portanto esta disparidade revela-nos concretamente, que na realidade o

RECH- Revista Ensino de Ciências e Humanidades – Cidadania, Diversidade e Bem Estar. ISSN 2594-8806

número de estudantes inscritos no ensino superior em Moçambique é quatro vezes superior à previsão inicialmente feita no referido plano estratégico. Sem pôr em causa a legitimidade desta expansão, o crescimento não deixa, contudo, de suscitar alguns questionamentos, sobre a sustentabilidade dessa expansão, o papel do Estado na regulação da abertura e funcionamento das IES, a credibilidade e a qualidade das iniciativas, o impacto político e estratégias adoptadas para a implementação. Para além do aumento das IES, anteriormente referido, uma outra estratégia foi levada a cabo pelo governo moçambicano, que foi a implementação, em 2002, do programa de bolsas de estudo, que visavam a contribuir não só para a expansão das IES, mas também o acesso ao Ensino Superior, através do financiamento que, de outra forma, a maioria jamais conseguiriam ingressar, facto que reduziu ou minimizou drasticamente as assimetrias sociais.

O futuro do Ensino Superior em Moçambique

Futuro do Ensino Superior: Nas últimas décadas, o Ensino Superior tem ocupado, progressivamente, um lugar de destaque nas agendas governamentais, por se considerar um elemento essencial para o desenvolvimento científico, tecnológico, cultural, econômico e social dos diferentes países, observando-se logicamente um leque de motivações, que por razões óbvias, são simultaneamente, pressupostos de profundas mudanças ao nível dos sistemas nacionais de educação como um todo, e no caso de Moçambique, particularmente no subsistema Ensino Superior e das respectivas instituições. As Instituições do Ensino Superior (IES) são sistemas sócio-políticos que têm como propósito, realizar em pleno as principais funções, que constituem os seus três pilares (ensino, pesquisa e extensão) e oferecer diferentes formações em três níveis ou ciclos. Podem apresentar-se sob a forma de instituições superiores ou como universidades. Também podem ser descritas como organizações universitárias, onde a prestação dos serviços educacionais faz parte de um processo que se iniciou há muito tempo, desde quando a educação era objecto de transformação do ser humano. Segundo esta definição encontrada na legislação do Ensino Superior, as IES podem ser públicas e privadas. As públicas são aquelas cuja fonte principal de receita é o Orçamento de Estado e são por este supervisionadas. Já as privadas são as instituições pertencentes a pessoas

RECH- Revista Ensino de Ciências e Humanidades – Cidadania, Diversidade e Bem Estar. ISSN 2594-8806

singulares, cujas fontes principais de receita são as propinas e outras taxas inerentes. No que tange a crise de legitimidade, pode-se afirmar que ela advém da pressão pela democratização das IES, para que elas não fossem instituições reservadas apenas e tão somente às elites. Tal pressão é oriundo dos movimentos sociais das classes populares e das políticas sociais redistributivas da providência do Estado (Santos, 2003).

O papel do Ensino Superior na construção do paradigma de desenvolvimento: O ensino superior mercê de o governo moçambicano ter herdado uma única instituição de ensino superior – Universidade de Lourenço Marques – público, não sofreu de imediato ações intervencionistas; somente a 1 de maio de 1976 é que de forma concreta o governo começa a “olhar” para ela, quando o Presidente da República Samora Machel visita a Universidade. No discurso proferido por ocasião da visita àquele estabelecimento de Ensino Superior, Samora Machel, a universidade é (...) o expoente supremo da seleção de classe (MACHEL, 1976, p. 11). No entendimento de Machel aquele estágio de coisas não era aceitável, a universidade não podia continuar a pesquisa científica para exploração através do desenvolvimento da maquinaria que permita a mais valia em detrimento do ser humano. Era necessária uma ruptura com o tipo de Universidade colonial. Esta problemática faz com que actualmente a Universidade procure agora descer as comunidades ou ao povo, à realidade cultural revolucionária em que se encontra inserida, [...], pois é tarefa das Universidades mergulharem as suas raízes na realidade nacional, procedendo de forma sistemática e organizada à investigação sobre o patrimônio histórico, cultural, artístico e tecnológico. Significa devemos ligar as Universidades às fábricas, às associações cooperativistas e às aldeias comunais (MACHEL, 1976, p. 35/36). O conhecimento científico produzido pelas universidades deveria significar a libertação do homem novo, contribuir para a criação de condições para o desenvolvimento de uma sociedade justa e solidária. Como já nos referimos anteriormente, o preâmbulo da Lei nº 4/83, de 23 de Março de 1983 afirma, que o “ Sistema Nacional de Educação garante o acesso dos operários, dos camponeses e dos seus filhos a todos os níveis de ensino, e permite a apropriação da ciência, da técnica e da cultura pelas classes trabalhadoras. O SNE, atribuindo um papel fundamental à capacitação de professores do ensino básico, estabeleceu um subsistema de formação integrado em dois níveis (básico e médio) e o subsistema de ensino superior com a função de formar os graduados

necessários à gestão dos diferentes sectores sociais e econômicos para à promoção e desenvolvimento científico.

Resultados

A educação superior em Moçambique, hoje, flui em dois extremos: o público e o privado, onde é cada vez mais notória as tendências assumidas pelos organismos internacionais. Este cenário paradoxal, faz com que ao longo do tempo, a trilha Estado, Gestão e IES, em Moçambique, tenha se constituída como um marco regulador e reforçador da educação dualizada, pese embora delimitada pela divisão social de classes. Entretanto, a racionalidade das acções impostas pelos distintos governos, isto é, o Estado, aponta para uma necessidade de acompanhamento e reforma no subsistema do Ensino Superior, à luz do que acontece a nível internacional. O esforço de superação das diferenças entre as classes e a inclusão social aos bens e patrimônios que, historicamente, se restringiam à classe dominante numa de supranacional, em que o homem toma consciência sinérgica da sua espécie humanitária. Constata-se, assim, que a Educação Superior é considerada actualmente como uma das alternativas para se atender às diferentes necessidades de formação superior, e, em alguns países, como Moçambique, por exemplo, constitui a única forma de satisfação desta necessidade demandada. O conhecimento e a capacidade de aprendizagem ao longo da vida, passam necessariamente a ser encarados como condições para o desenvolvimento do recurso humano. É esse o contexto em que se insere a Educação Superior e todos os meios de compreendê-la enquanto acção estratégica ou política educativa para as IES moçambicanas. Uma contribuição peculiar nesse processo é a expansão do Ensino Superior, aprimorando e aperfeiçoando, por exemplo a modalidade a distância, cujos objectivos se traduzem, não só no desenvolvimento de um ambiente ensino-aprendizagem apoiado pelas tecnologias de informação e de comunicação, mas também que pressupõe uma planificação rigorosa, que satisfaça as necessidades enfrentadas. Neste contexto, o enfoque sistêmico multidisciplinar e envolvente, induz a produção de conhecimentos científicos e desenvolvimento de habilidades em áreas especializadas. Esse enfoque sistêmico refere-se aos processos vinculados à concepção e implementação de procedimentos de gestão

que garantam a realização das principais funções das IES. O crescimento das IES saiu da ordem dos 14 IES, em 2004, para as já referidas 38 IES.

Conclusão

Muitos são os motivos que podem ser apontados na questão do Ensino Superior, mas, no entanto, dois merecem a atenção especial. Um dos primeiros motivos, é a já referida questão da expansão das IES que tem gradualmente mobilizado o interesse da sociedade, em geral. O segundo motivo, tem a ver com a aprovação da Lei do Ensino Superior que instituiu, o processo de Bolonha, o sistema dos três ciclos, a licenciatura, mestrado e doutoramento. Ele assentou fundamentalmente na questão da redução do tempo de formação, onde o primeiro ciclo variava entre três a quatro anos, garantindo dessa forma a questão da empregabilidade e da mobilidade dos estudantes. Por outro lado, o questionamento incide, em que medida está assegurada a mobilidade dos estudantes nacionais por outras instituições do ensino superior, sobretudo fora do país, se não for rigorosamente acreditada e reconhecida a qualidade nas instituições em que estão inseridos? A real dimensão da autonomia universitária, o papel do mercado de trabalho, os interesses individuais e da sociedade em geral, fica aqui comprovada a confrontação entre o poder e o saber. O esclarecimento destas e outras questões, contribuem para a qualidade e excelência do Ensino Superior.

A independência de Moçambique trouxe uma autodeterminação, em busca da construção de uma Sociedade Nova e de um Homem Novo. Significa esse homem deve assumir que as relações de produção em Moçambique devem ser transformadas, em benefícios do seu próprio protagonismo na construção baseadas em economia socialista. Neste período encontramos com clareza a definição do Estado como o provedor e regulador dos serviços sociais, onde a Educação passou a ser gratuita para todos.

Bibliografia

Machel, S. M. *Estudemos e façamos dos nossos conhecimentos um instrumento de libertação do povo.* p. 3. Maputo: Frelimo, Departamento de Trabalho Ideológico, 1976.

RECH- Revista Ensino de Ciências e Humanidades – Cidadania, Diversidade e Bem Estar. ISSN 2594-8806

Matos, Narciso; Mosca, João. Desafios do ensino superior. *In:* Brito, Luís de; Castel-Branco, Carlos Nuno; Chichava, Sérgio; Francisco, Antônio (Orgs.). Desafios para Moçambique 2010. Maputo (Mz): IESE, 2009.

Matos, Narciso e João Mosca (2009). “Desafios do ensino superior”, in Desafios para Moçambique 2010. Maputo, IESE, 297-318.

Plano Estratégico do Ensino Superior 2012-2020.

Colectânea de Legislação do Ensino Superior. 2012.

Santos, Boaventura de Sousa. Da idéia de Universidade à Universidade de idéias. *In:* Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2003.

Rosário. Lourenço Joaquim da Costa. Universidades moçambicanas e o futuro de Moçambique. *Revista Ensino Superior* nº 10 (julho-setembro). 2013. Disponível em: <<https://www.revistaensinosuperior.gr.unicamp.br/artigos/universidades-mocambicanas-e-o-futuro-de-mocambique>>. Acesso em: 22 jun. 2015.

Recebido: 30/9/2022. Aceito: 15/12/2022. Publicado: 01/01/2023.

Autora

Brígida D’Oliveira Singo

Profa. Dra. na Universidade Licungo, Faculdade de Ciências Tecnologia, Moçambique.

E-mail: bisingo@gmail.com ou bsingo@unilicungo.ac.mz

País: Moçambique